

Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

CNPJ/MF nº 13.382.604/0001-91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.102	11.541	75.852	651.978	19	41	22	30.722	19.448
Disponibilidade da rede elétrica	6			54.261	38.636	22	38.562	910.294	108.038	1.008.966
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	21.036	13.943	25.293	15.527	23	1.064.411	331.729	1.075.581	343.719
Outros tributos compensáveis	7	7.640	12.665	16.203	23.420	34.1.3	2.262	141.688	2.262	141.688
Instrumentos Financeiros Derivativos	34.1	207.162		207.162		7			184	9.772
Dividendos a receber	20	65.560	521.041			7	4.657	7.448	25.735	27.202
Estoques	10			7.257	12.728	8			28.846	21.063
Ativos da concessão	15			312.221	248.487	25				20
Parcela de ajuste	13			42.655		14			7.340	7.134
Outros créditos	12	1.639	1.641	22.533	14.276	24			2.881	3.131
Total do Ativo Circulante		304.139	560.831	763.437	1.005.052	26			6.723	5.636
Não circulante						13			14.397	8.009
Tributos diferidos	8	8.100	138.359	8.100	138.359	12			2.908	2.080
Cauções e depósitos vinculados	11			15.080	13.716		1.109.933	1.391.181	1.305.617	1.597.868
Ativos da concessão	15			1.624.106	1.506.019					
Parcela de ajuste	13			99.373						
Outros créditos	12			158	311					
Investimentos	16	1.780.592	1.763.965	532	532					
Propriedades para investimentos	21			18.599	40.208					
Imobilizado	17			17.050	16.699					
Intangível	18			917.626	966.641					
Total do Ativo Não circulante		1.780.592	1.763.965	953.807	1.024.080					
		1.788.692	1.902.324	2.700.624	2.682.485					
TOTAL DO ATIVO		2.092.831	2.463.155	3.464.061	3.687.537					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas	28			681.728	541.922
Custo do serviço de energia elétrica	30			(68.878)	(49.469)
Custo de operação				(141.043)	(175.575)
Custo do serviço prestado a terceiros				(209.921)	(225.044)
Lucro bruto				471.807	316.878
Despesas e Receitas operacionais	30				(148)
Despesas com vendas				(55.645)	(71.926)
Despesas gerais e administrativas		(311)	(209)	(21.971)	310
Outras despesas e receitas operacionais		(12.487)	170	(77.616)	(71.764)
Resultado das participações societárias	16				
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		226.260	178.707	394.191	245.114
Resultado financeiro	31				
Receitas financeiras		190.631	71.618	203.862	92.295
Despesas financeiras		(381.120)	(370.946)	(457.497)	(381.570)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		(190.489)	(299.328)	(253.635)	(289.275)
Tributos sobre o lucro	32				
Imposto de renda e contribuição social correntes				(12.197)	(22.848)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(117.773)	74.434	(223.159)	20.778
Resultado líquido do exercício		(94.800)	(46.226)	(94.800)	(46.231)
Atribuível aos acionistas controladores		(94.800)	(46.226)	(94.800)	(46.226)
Atribuível aos acionistas não controladores					(5)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	33				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		(9.480,00000)	(4.622,60000)	(9.480,00000)	(4.623,10000)
ON					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado líquido do exercício	(94.800)	(46.226)	(94.800)	(46.231)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	162	48	162	48
Resultado abrangente do exercício	(94.638)	(46.178)	(94.638)	(46.183)
Atribuível aos acionistas controladores	(94.638)	(46.178)	(94.638)	(46.178)
Atribuível aos acionistas não controladores				(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Geração do valor adicionado				
Receita operacional		208	791.325	638.754
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			383.613	150.567
Receita relativa à construção de ativos próprios		21	2.273	(148)
Receita de Construção			161.355	265.414
Atualização dos Ativos da concessão			233.716	211.299
Outras receitas		187	10.368	2.605
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.796)	(353)	(206.200)	(215.808)
Materiais		(7)	(2.225)	(2.448)
Serviços de terceiros		(308)	(27.034)	(22.973)
Custo com construção da infraestrutura			(143.316)	(184.571)
Outros custos operacionais		(66)	(33.625)	(5.816)
Valor adicionado bruto	(12.796)	(145)	585.125	422.946
Retenções				
Depreciações e amortizações		(373)	(53.237)	(50.024)
Valor adicionado líquido produzido	(12.796)	(518)	531.888	372.922
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		79.155	209.297	100.849
Resultado da equivalência patrimonial		226.256	178.707	
Valor adicionado total a distribuir	408.850	257.344	741.185	473.771
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta			27.743	28.975
Benefícios			5.769	5.102
FGTS			1.841	2.101
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	122.532	(66.897)	338.981	99.163
Estaduais	1	1.474	948	
Municipais			1.669	1.380
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	381.120	370.946	457.497	381.570
Aluguéis		(490)	1.014	747
Prejuízo do exercício	503.653	303.559	835.988	519.986
	(94.803)	(46.215)	(94.803)	(46.215)
	408.850	257.344	741.185	473.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o Lucro		22.973	(120.660)	140.556	(44.161)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos		12.487		43.559	(12.674)
Remuneração do ativo financeiro indenizável				(289.006)	(251.456)
Depreciações e amortizações			373	53.237	50.024
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos			(181)		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, Financiamentos e debêntures		377.233	92.600	449.842	99.972
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP			176	266	382
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				20	31
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				4.027	2.982
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				320	1.895
Resultado de participações societárias		(226.260)	(178.696)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.981)	(1.548)	(2.120)	(1.709)
Instrumentos financeiros derivativos		(189.254)	200.922	(189.254)	200.922
Outros				1.890	(1.859)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		(4.802)	(7.014)	213.337	44.349
Consumidores e concessionárias				(15.625)	(7.949)
Ativos da concessão				246.499	201.067
Outros tributos compensáveis		(104)	(610)	(5.587)	(8.171)
Estoques				694	(13.539)
Cauções e depósitos vinculados				(595)	(179)
Parcela de ajuste				(142.038)	
Outros ativos operacionais		3	416	12.262	13.265
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		(101)	(194)	95.610	184.494
Fornecedores		19	(12)	11.274	(6.199)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.762		4.762	
Outros tributos a recolher			852	(4.375)	(6.545)
Encargos setoriais				(2.013)	(4.126)
Provisões				(12)	(769)
Parcela de ajuste				11.520	5.321
Outros passivos operacionais				(162)	4.512
Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais		4.781	678	25.668	(10.348)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(122)	(6.530)	334.615	218.495
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais		(122)	(6.530)	316.135	202.607
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimento			(11)		(11)
Dividendos recebidos		657.738	122.978		
Adições aos Ativos da concessão				(141.043)	(175.575)
Adições ao Imobilizado e Intangível				(4.939)	(13.884)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		657.738	122.967	(145.982)	(189.470)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados				3.881	145
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.000		5.000	
Aumento de capital social, líquido do custo de emissão		139.000	96.500	139.000	96.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos					(1)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			850.000		1.396.282
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(159.351)	(739.500)	(229.615)	(750.244)
Pagamentos de encargos de dívidas		(338.036)	(337.805)	(348.779)	(344.952)
Liquidação de operações com derivativos		(314.668)		(314.668)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			(677)	(1.098)	(1.367)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	35.1	(668.055)	(131.482)	(746.279)	396.363
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(10.439)	(15.045)	(576.126)	409.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.102	11.541	75.852	651.978
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.541	26.586	651.978	242.478
		(10.439)	(15.045)	(576.126)	409.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQU

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Companhia ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 e tem como objeto social: (i) as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração de projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (v) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil e/ou no exterior; e (vi) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

A Companhia em 21 de outubro de 2023, passou a deter 100% das ações da EDP Goiás, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás. A controlada tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos.

2 Controlada - Concessão de Transmissão

Os contratos de concessão assinados entre a ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.

O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230kV e tensão inferior menor de que 230kV.

A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).

Em 31 de dezembro de 2024 a EDP Goiás possui o direito de explorar as concessões de transmissão, com as seguintes características:

Empresa	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	nº Contrato
EDP Goiás	744 km	Serviço Público	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/ 138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	063/2001
EDP Goiás	11 km	Serviço Público	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	003/2015
EDP Goiás	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	004/2016

Os contratos apresentam vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2025.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 34.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Ativos da Concessão (Nota 15); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 26.1); Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 34.1.3); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 34.1.2.1); e Propriedades para investimentos (Nota 21)

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 16).

A Companhia controla a EDP Goiás e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de transmissão de energia elétrica. Tal segmento concentrou em 2024 e 2023 100% da receita operacional bruta consolidada.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de sua controlada é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia e sua controlada monitoram trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1 / IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7 / IAS 12 / IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Pronunciamento	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia e de sua controlada avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (IC02e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está acompanhando o conteúdo desta decisão da agenda do IFRIC.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtópicos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na controlada EDP Goiás

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada a REN nº 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.088/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.
Portaria nº 2.737 de 8 de fevereiro de 2024	Em 8 de fevereiro de 2024 foi publicada a PORTARIA Nº 2.737/SNTEP/MME aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica detalhados nos Anexos I a XIII da citada Portaria, incluindo a EDP Goiás.	A controlada EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.

4.2 Aumento de capital

A Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$341.210 para R\$480.210, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$139.000 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional, pela sua Controladora.

Em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária - AGOE realizada em 30 de abril de 2024, deliberou pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$480.210 para R\$480.410, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$200 mediante créditos detidos a título de AFAC, pela sua Controladora.

4.3 Alongamento do vencimento das Debêntures

Em 15 de janeiro de 2024 os debenturistas da 1ª Emissão da Companhia aprovaram em Assembleia Geral de Debenturistas o alongamento dos R\$700.000, das referidas debêntures (Nota 22), para o novo vencimento em 17 de janeiro de 2029, com alteração da remuneração de CDI + 1,52% a.a. para CDI + 1,40% a.a. Devido a renegociação houve a contabilização de um ganho no resultado financeiro (Nota 31) no valor de R\$3.731.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 21/03/2025**

Certificado emitido por: **CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR**

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

...continuação

Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado					Receitas (Despesas)	
			Ativo		Passivo		Operacionais		
			Circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	2024	2023	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	
Elebrás	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	16			110	94	
Cenaeel	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	3	43			18	42	
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40	40	
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40	40	
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40	40	
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	7			40	40	
Central Eólica Jáú	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	19	23			130	133	
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5	7			37	38	
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10			55	56	
Central Solar Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	14			55	56	
Central Solar Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10			55	56	
Central Solar Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10			55	56	
Central Solar Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7	8			47	48	
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36	
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36	
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36	
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36	
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36	
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8				41	
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	15			88	83	
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	15			92	83	
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11	14			81	72	
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9	21			61	114	
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	8			44	41	
Central Eólica Monte Verde VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9				61		
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		10				52	
Central Eólica Catanduva I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9				19		
Central Eólica Catanduva II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9				19		
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	12				13		
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	12				13		
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16				17		
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16				17		
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16				17		
Central Solar Novo Oriente I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8				21		
Central Solar Novo Oriente II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11				21		
Central Solar Novo Oriente III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11				21		
Central Solar Novo Oriente IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9				12		
Central Solar Novo Oriente V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5				30		
Central Solar Novo Oriente VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5				9		
			880	818	158	2.713	182	1.824	5.389
			1.541	1.553	158	7.713	182	8.192	11.384

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
 (***) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
 (***) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.
 As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(d) Contratos de Prestação de serviços: Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema – ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência até 31 de dezembro de 2024.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP-Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2024	2023
Remuneração (a)	3.654	1.349
Benefícios de curto prazo (b)	61	33
Benefícios - Previdência privada	96	57
Remuneração baseada em ações		61
Total	3.811	1.500

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.3 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	200
AFACs realizados no exercício - EDP Energias do Brasil	5.000
Aumento de Capital social (Nota 27.1)	(200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.000

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Outros	7.092	9.116
Material de almoxarifado	444	3.891
Resíduos e sucatas	41	41
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(320)	(320)
Total	7.257	12.728

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	
Depósitos judiciais		622	745	92	(5)	1.454
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	12.158	15.262	4.552	(19.143)	12.829
Outros cauções		936		6	(145)	797
Total Não circulante		13.716	16.007	4.650	(19.293)	15.080

11.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Referem-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia e sua controlada têm a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo de seis parcelas do serviço da dívida. O resgate no valor de R\$19.143, trata-se de um CDB que venceu no mês de maio e foi reaplicado no próprio mês.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Circulante	Circulante	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo							
Adiantamentos				790	988		
Dispêndios a reembolsar				1.659	1.661		
Bens destinados à alienação/desativação	12.2	1.639	1.641	16.749	7.894		
Serviços em curso				90			
Serviços prestados a terceiros				115	3		
Ressarcimento de custos – CDE/ RGR				1.173	984		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			880	1.105	158	
Outros				1.167	1.551		311
Total		1.639	1.641	22.533	14.276	158	311
Outras contas a pagar - Passivo							
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos				1.218	170		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9					2.713	182
Arrendamentos e alugueis	12.1			923	1.034	1.171	2.259
Outros				767	876	2.152	1.307
Total		-	-	2.908	2.080	6.036	3.748

12.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia e sua controlada efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Paga-mentos	Transfe-rências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	867	(916)	916		(72)	795
Equipamentos de informática	39	(83)	40	4		-
Veículos	128	(99)	99			128
Total Circulante	1.034	(1.098)	1.055	4	(72)	923
Edifícios	2.046		(916)	229	(295)	1.064
Equipamentos de informática	40		(40)			-
Veículos	173		(99)	33		107
Total Não circulante	2.259	-	(1.055)	262	(295)	1.171

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e alugueis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Consolidado			
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2025	795	10,10%	128	13,81%
Total Circulante	795		128	
2026	723	10,10%	107	13,81%
2027	341			
Total Não circulante	1.064		107	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os exercícios previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Consolidado	
	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	2.387	2.093
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(221)	(194)

Os contratos de arrendamentos e alugueis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 17).

12.2 Bens destinados à alienação

O saldo de R\$16.749 no consolidado, refere-se ao aumento da desativação de transformadores de força, para-raios, TPs, TCs e disjuntores na controlada EDP Goiás.

13 Parcela de ajuste

No consolidado, o saldo total de R\$ 142.028, no Circulante e Não circulante no ativo, refere-se ao saldo remanescente da parcela de ajuste ativa homologada pela revisão tarifária periódica do ano base 2023. Nesta parcela de ajuste é considerada a receita revisada de reforços e melhorias autorizadas, a qual retroagirá à data da entrada em operação comercial da obra. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se ao incremento na RAP endereçando o período em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados (seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

O saldo total de R\$24.302 em 31 de dezembro de 2024 (R\$12.782 em 31 de dezembro de 2023) no Circulante e Não circulante no passivo, refere-se à estimativa da parcela de ajuste correspondente ao ciclo tarifário 2024/2025 e ao saldo remanescente da parcela de ajuste correspondente do ciclo tarifário 2023/2024. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se às diferenças entre os duodécimos da RAP constantes em resolução homologatória e os duodécimos da RAP constantes nos avisos de crédito emitidos pelo ONS: tal diferença é homologada pela ANEEL ao final de cada ciclo tarifário e endereçada nos avisos de crédito subsequentes.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS, da controlada EDP Goiás.

15 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/2025 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da controlada EDP Goiás.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação da controlada no exercício é a seguinte:

	Consolidado							Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições (Notas 28 e 29)	Remuneração (Nota 28)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 28)	Reajuste tarifário (Nota 4,6)	Outros (Nota 15.1)	
Ativos da concessão	1.754.506	141.043	233.716	(271.623)	26.431	49.560	2.694	1.936.327
Circulante	248.487	141.043	233.716	(271.623)	26.431	49.560	2.694	1.936.327
Não circulante	1.506.019	-	-	-	-	-	-	312.221
Do saldo total de R\$1.936.327: (i) R\$1.677.991 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$230.245 refere-se ao contrato 004/2016; e (iii) R\$28.091 refere-se ao contrato 003/2015 na controlada.								1.624.106

15.1 Outros
O montante de R\$2.694 refere-se à apuração de alíquota de PIS/COFINS sobre a receita de construção na controlada.

16 Investimentos
Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na EDP Goiás, a qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

16.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2023	Equivalência Patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos							
EDP Goiás	805.526	276.044	(209.795)	162	871.937	100%	100%
EDP Goiás (Mais Valia)	958.439	(49.784)	-	-	908.655	-	-
Total	1.763.965	226.260	(209.795)	162	1.780.592	-	-

16.2 Participação direta do investimento

Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)	EDP Goiás	
	31/12/2024	31/12/2023
Ordinárias	16	16
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	100	100
Capital votante	100	100
Ativos totais	2.308.727	2.550.949
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	1.436.790	1.745.423
Patrimônio líquido	871.937	805.526
Receitas	681.728	541.922
Resultado líquido do exercício	276.045	228.492

16.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento

	EDP Goiás	
	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido - Saldo inicial	805.526	1.171.912
Distribuição de dividendos aos acionistas	(209.795)	(594.926)
Lucro do exercício	276.045	228.492
Outros resultados abrangentes	161	48
Patrimônio líquido - Saldo final	871.937	805.526
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%
Participação nos investimentos	871.937	805.526
Direito de concessão	908.655	958.439
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.780.592	1.763.965

17 Imobilizado
São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

17.1 Composição do imobilizado

	Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,53	4.836	(1.546)	3.290	3,33	2.170	(60)	2.110
Máquinas e equipamentos	10,04	9.684	(4.674)	5.010	9,08	9.684	(3.988)	5.696
Veículos	14,29	336	(322)	14	6,45	908	(877)	31
Móveis e utensílios	5,42	1.101	(308)	793	6,02	1.101	(251)	850
Total		15.957	(6.850)	9.107		13.863	(5.176)	8.687
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	25,00	2.744	(972)	1.772	8,81	3.237	(370)	2.867
Equipamentos de informática	8,67	291	(16)	275	8,67	291	(16)	275
Veículos	31,58	363	(208)	155	20,34	363	(94)	269
Total		3.398	(1.196)	2.202		3.891	(480)	3.411
Imobilizado em curso								
Administração		5.741	-	5.741		4.601	-	4.601
Total		5.741	-	5.741		4.601	-	4.601
Total imobilizado		25.096	(8.046)	17.050		22.355	(5.656)	16.699

17.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da EDP Goiás e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.
- **Equipamentos de informática:** refere-se ao contrato de aluguel de notebooks e desktops utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

22 Debêntures
22.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado								
										31/12/2024			31/12/2023			Total	Total	
										Garantias	Circulante	Não circulante	Garantias	Circulante	Não circulante			
Moeda Nacional																		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1 366.666		1ª emissão série 1 em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	924	52.381	314.285	367.590	178	73.335	293.331	366.844
(-) Custos de emissão						22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal		(694)	(1.039)	(1.733)		(1.121)	(2.500)	(3.621)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1 183.334		1ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	468	16.667	166.667	183.802	90	26.190	157.144	183.424
(-) Custos de emissão						22/12/2023 a 22/12/2030			Amortização mensal		(270)	(677)	(947)					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1 700.000		1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2029	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	38.562		696.269	734.831	210.310	700.000		910.310
(-) Custos de emissão						19/01/2022 a 17/01/2029			Amortização mensal						(16)		(16)	
Total geral											39.954	68.084	1.175.505	1.283.543	210.578	798.388	447.975	1.456.941

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima em 31 de dezembro de 2024 na Controladora é de R\$734.831 (R\$910.310 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado é de R\$1.286.223 (R\$1.460.578 em 31 de dezembro de 2023).



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 21/03/2025**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado						Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Renegociação	
Circulante							
Principal	799.525			(730.477)			69.048
Juros	210.578	(321.716)	151.092				39.954
Custo de transação	(1.137)			(784)	957		(964)
	1.008.966	(321.716)	151.092	(731.261)	957	-	108.038
Não circulante							
Principal	450.475			730.477		(3.731)	1.177.221
Custo de transação	(2.500)			784			(1.716)
	447.975	-	-	731.261	-	(3.731)	1.175.505

22.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado	
Circulante		
2025		108.038
Total		108.038
Não circulante		
2026		311.385
2027		311.631
2028		311.878
2029		207.315
2030		33.296
Total		1.175.505

As emissões realizadas pela Companhia por sua controladora não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Pequena Central Hidrelétrica SL

(i) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

Controlada EDP Goiás

• Específicas para a 1ª emissão:

(i) enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

Tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora. Índice Financeiro período Menor ou igual à 3,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; Menor ou igual à 4,00x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027; menor ou igual à 4,25x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030; menor ou igual à 4,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante. Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual à 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;

(ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000.

(iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social e desde que cause um Efeito Adverso Relevante na Garantidora;

(iv) se a Garantidora, enquanto a Fiança estiver em vigor, deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de cumulativamente (a) no mínimo, 50% mais 1 ação do capital votante da companhia; e (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da companhia ("Alteração de Controle"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% das Debêntures em Circulação, sendo o item (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 Debenturistas (CPF's ou CNPJ's distintos);

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais"

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

A Administração da Companhia e de sua controlada faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2024 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

23 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

23.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado							
											31/12/2024			31/12/2023				
											Encargos Circulante	Encargos Principal	Encargos Não circulante	Encargos Circulante	Encargos Principal	Encargos Não circulante		
Moeda estrangeira																		
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	44,593	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	-	16.756	311.920				328.676	
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	45,268	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,27% a.a.	Principal no final e Juros semestral	Fiança Corporativa da EDP Energias	4.090	1.060.321	1.064.411	3.053		834.707	837.760	
											4.090	1.060.321	- 1.064.411	19.809	311.920	834.707	1.166.436	
Moeda nacional																		
CCB BRASIL -511600554	EDP Goiás	53,581	43,369	53,387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	197	4.853	23.458	28.508	304	5.664	27.386	33.354
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	43,369	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(46)	(223)	(269)		(48)	(271)	(319)
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9,132	43,369	7,414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26	411	1.987	2.424	18	411	2.398	2.827
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	43,369	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(7)	(34)	(41)		(7)	(41)	(48)
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6,260	43,369	4,521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	39	674	3.257	3.970	30	674	3.931	4.635
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	43,369	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(10)	(50)	(60)		(10)	(61)	(71)
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8,309	43,369	7,923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38	720	3.481	4.239	28	720	4.202	4.950
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	43,369	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(9)	(46)	(55)		(9)	(55)	(64)
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8,508	43,371	8,038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42	730	3.532	4.304	32	731	4.263	5.026
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	43,371	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(10)	(47)	(57)		(10)	(56)	(66)
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13,383	43,552	13,207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	34	571	3.047	3.652	26	571	3.618	4.215
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	43,552	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação			(7)	(39)	(46)		(7)	(46)	(53)



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Moeda nacional	Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado							
											31/12/2024			31/12/2023			Total	Total
											Encargos Circulante	Encargos Principal	Encargos Não circulante	Encargos Circulante	Encargos Principal	Encargos Não circulante		
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6,406	43,552	6,284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	72	1.202	6.403	7.677	54	1.201	7.604	8.859	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	43,552	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação			(15)	(81)	(96)		(15)	(96)	(111)	
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7,004	43,564	6,968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	38	633	3.431	4.102	28	633	4.065	4.726	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	43,564	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031			Amortização mensal do custo de transação			(8)	(39)	(47)		(7)	(46)	(53)	
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11,992	43,643	10,282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57	958	5.350	6.365	42	948	6.248	7.238	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	43,643	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031			Amortização mensal do custo de transação			(13)	(79)	(92)		(12)	(92)	(104)	
											543	10.627	53.308	64.478	562	11.428	62.951	74.941
											4.633	1.070.948	53.308	1.128.889	20.371	323.348	897.658	1.241.377

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das dívidas em moeda estrangeira que estão mensuradas a valor justo por meio do resultado considerando opção irrevogável de mensuração para eliminar descasamento contábil com swap classificado como Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 34.1.3) contratado com o objetivo de proteção das referidas dívidas.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada encontram-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima.

O valor total referente às garantias de empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2024 na Controladora é de R\$1.064.411 (31 de dezembro de 2023 é de R\$1.166.436) e no Consolidado é R\$1.129.652 (31 de dezembro de 2023 é de R\$1.242.266).

23.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante								
Principal	323.473	(327.428)		1.039.410	(2.221)		37.839	1.071.073
Juros	20.371	(86.584)	70.846					4.633
Custo de transação	(125)			(126)		126		(125)
	343.719	(414.012)	70.846	1.039.284	(2.221)	126	37.839	1.075.581
Não circulante								
Principal	898.422			(1.039.410)	4.700		190.234	53.946
Custo de transação	(764)			126				(638)
	897.658			(1.039.284)	4.700		-	53.308

23.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	Nacional	
Circulante		
2025	1.075.581	1.075.581
Não circulante		
2026	10.627	
2027	10.627	
2028	10.627	
2029	10.627	
2030 até 2034	10.800	
Total	53.308	1.128.889

24 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	3.496	5.208	305	(4.800)	(1.254)	2.955
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.804	15.755		(16.751)		808
Outros encargos	104	1.436		(1.403)		137
Total	5.404	22.399	305	(22.954)	(1.254)	3.900
Circulante	3.131					2.881
Não circulante	2.273					1.019

24.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL.

24.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

25 Benefício pós emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a EDP Goiás contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A EDP Goiás reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Valor Presente das Obrigações (VPO) dos planos é zero, uma vez que, o superávit atuarial está integralmente destinado a cobrir as garantias e revisões dos benefícios, não configurando um benefício econômico futuro para a patrocinadora dos planos.

	Consolidado	
	Circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2023
Contribuição definida	20	207
	20	207

25.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

25.1.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A EDP Goiás tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da EDP Goiás na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da controlada possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos. A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra 01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

25.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2024 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

25.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.964)	13.774	(37)	(227)
Custo do serviço corrente	(7)			(7)
Custo dos juros	(970)	957		(13)
Ganhos/(perdas) atuariais	(219)	2.025	(1.564)	242
Contribuições pagas pela Companhia	5			5
Mudança na recuperação do superávit	(15.155)	16.756	(1.601)	-

As contribuições da EDP Goiás esperadas neste plano para o exercício de 2024 são de R\$5.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2024, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$242 (R\$78 em 31 de dezembro de 2023).

25.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	CELGPREV	ELETRA 01
Circulante		
2025	911	120
	911	120
Não circulante		
2026	959	126
2027	1.008	132
2028	1.058	138
2029	1.108	143
2030 a 2034	6.259	798
	10.392	1.337
Total	11.303	1.457

25.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2024	2023
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		7	(12)
Custo dos juros	31	13	43
		20	31
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado			
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(2.025)	(960)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		580	763
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(361)	87
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		1.564	37
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(242)	(73)
Total		(222)	(42)

25.1.1.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2024		2023	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Participantes ativos		23	29	
Aposentados e pensionistas	1	14	14	1
	1	37	43	1

25.1.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Obrigações dos planos 2024			
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Análise de sensibilidade Pressupostos centrais	11			1

Taxa de desconto

Aumento em 0,5% 11 1

Redução em 0,5% 12 1

Mortalidade

Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real 11 1

Mortalidade

Aumento em 0,5% 11 1

Redução em 0,5% 12 1

25.1.1.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2024		2023	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	11,07% a.a.	11,07 a.a.%	9,50% a.a.	9,39% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000 Masculina, suavizada em 10%	AT-2000	AT-2000 Masculina, suavizada em 10%	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI2006	Winklevoss	MI2006	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	n/a	TASA 1927 D50%	n/a



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 21/03/2025

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

...continuação

Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora, a EDP Goiás contribuiu no exercício com R\$797 (R\$665 em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 esse plano tem a adesão de 38 colaboradores (44 em 31 de dezembro de 2023).

26 Provisões

	Consolidado				
	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis e outros	26.1	4.351	3.920	10.766	7.170
Licenças ambientais	26.2	2.372	1.716	970	1.318
Total		6.723	5.636	11.736	8.488

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

26.1 Provisões cíveis

A controlada é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

26.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Consolidado					Ativo	
		Passivo			Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	26.1.1.1	6.707	1.490	(283)	1.770	9.684	990	496
Cíveis		459	511		108	1.078		
Regulatórios	26.1.1.2	3.920			431	4.351		
Outros		4				4		
Total		11.090	2.001	(283)	2.309	15.117	990	496
Circulante		3.920			4.351			
Não circulante		7.170			10.766	990	496	

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$2.499 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.170 em 31 de dezembro de 2023) da EDP Goiás.

26.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

26.1.1.2 Regulatórios

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

26.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Consolidado					Ativo	
		Passivo			Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	26.1.2.1	13.379	14.442		326	28		
Cíveis	26.1.2.2	10.468	8.574					
Fiscais	26.1.2.3	825	777					
Total		24.672	23.793		326	28		

O valor referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$4.536 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023) na EDP Goiás.

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

26.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial, cuja perda foi estimada na controlada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$13.379 (R\$8.218 em 31 de dezembro de 2023). Durante o exercício de 2024, na controlada, houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R\$13.379.

26.1.2.2 Cíveis

• Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações Ltda., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela controlada. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 no consolidado, é de R\$5.935 (R\$4.896 em 31 de dezembro de 2023).

• Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada na controlada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.821 (R\$3.157 em 31 de dezembro de 2023).

26.1.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2024 é de R\$825 (R\$777 em 31 de dezembro de 2023). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal. A controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

26.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza fiscais e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais na controlada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$138 (R\$98 em 31 de dezembro de 2023).

26.2 Licenças Ambientais

Na controlada EDP Goiás, os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A controlada realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,91% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A EDP Goiás, segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da controlada.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2024	
			Transferências	AVP		
Licenças ambientais						
Circulante	1.716	(12)	110	557	1	2.372
Não circulante	1.318		77	(557)	132	970
Total	3.034	(12)	187	-	133	3.342

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$480.410 (R\$341.210 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, deliberou pelo aumento de seu capital social de R\$341.210 para R\$480.210, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$139.000 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional, pela sua Controladora.

Em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária - AGOE realizada em 30 de abril de 2024, deliberou pelo aumento de seu capital social de R\$480.210 para R\$480.410, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$200 mediante créditos detidos a título de AFAC, pela sua Controladora (Nota 4.2).

28 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Transmissão

As receitas da controlada representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 está entre de 5,13% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado da EDP Goiás.

A referida margem é estimada pela controlada levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela controlada e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a controlada está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 equivale a 120% e 200%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela controlada, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da EDP Goiás é de 9,15% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Fornecimento - Faturado

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Receita de construção	15 e 28.1	161.355	265.414
Remuneração dos ativos da concessão	15	233.716	211.299
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	28.2	298.970	121.831
Arrendamentos e alugueis		656	
Parcela Variável	13	77.355	20.390
Outras receitas operacionais		6.632	8.346
Receita operacional bruta		778.684	627.280
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS		(70.281)	(58.036)
ISS		(341)	(546)
		(70.622)	(58.582)
Encargos do consumidor			
P&D	24	(5.208)	(2.503)
CDE	24	(15.755)	(18.134)
PROINFA - Consumidores Livres		(3.935)	(5.027)
Outros encargos		(1.436)	(1.112)
		(26.334)	(26.776)
		681.728	541.922

Receitas

28.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

A redução no exercício deve-se, principalmente, aos ganhos em 2023 com receita incremental por obras de ampliação (homologados pelas resoluções autorizadas nºs 11.645 e 8.614) e ao investimento ocorrido em 2023 para obra de ampliação na subestação Xavantes, os mesmo ganhos não aconteceram em 2024 gerando uma variação relevante entre os exercícios.

28.2 Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento no exercício deve-se, principalmente, à receita em 2024 com obtenção de parcela de ajuste ativa por meio da revisão tarifária periódica (que, através de incremento na RAP, endereça tempo em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados, seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

29 Custo de construção da infraestrutura da concessão da controlada

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.1	640	
Máquinas e equipamentos	29.2	139.079	175.134
Móveis e utensílios		18	356
Adiantamento a fornecedores			85
Outros		1.306	
	15	141.043	175.575

29.1 Edificações, obras civis e benfeitorias

A variação refere-se à aquisição de torres e melhorias na subestação de Goiânia Leste.

29.2 Máquinas e equipamentos

A variação refere-se aos custos associados à modernização e atualização de subestações das linhas de transmissão, principalmente nas linhas de Xavantes, Goiânia Leste e Cachoeira Dourada.

30 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da sua controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Controladora e Consolidado				
		2024				
		Custo da produção e do serviço		Despesas operacionais		
		De Prestado a terceiros	Operação	Com vendas	Gerais e Administrativas	Outras
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	30.1	40.591			156	40.747
Material		2.120			1	2.121
Serviços de terceiros	30.2	23.557			2.447	26.004
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.246				2.246
Depreciação - Ativos de direito de uso					842	842
Amortização		364			49.785	50.149
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.207
Arrendamentos e alugueis					1.014	1.014
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						4.777
Custo com construção da infraestrutura	29		141.043			141.043
Outras					1.400	15.987
Total		68.878	141.043	148	55.645	21.971
					15.987	17.387
					287.537	287.537
	Nota	Controladora e Consolidado				
		2023				
		Custo da produção e do serviço		Despesas operacionais		
		De Prestado a terceiros	Operação	Com vendas	Gerais e Administrativas	Outras
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	30.1	38.358			3.002	41.360
Material		1.945			441	2.386
Serviços de terceiros	30.2	9.632			12.825	22.457
Depreciação - Imobilizado em serviço		644				644
Depreciação - Ativos de direito de uso		424				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado				
	2023				
	Efeito não caixa				
Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	10.937	(145)	1.366	-	12.158
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento					
Dividendos	(35.245)	(1)			(35.246)
Debêntures	793.075	546.282		365	1.456.941
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.189.867	69.122	(77.070)	30.056	1.241.377
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(314.318)		54.618	141.688
Arrendamentos e aluguéis	3.752	(1.367)		382	3.293
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-				200
Capital social	244.710	96.500			341.210
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	2.196.159	396.218	(77.070)	85.421	3.149.463
35.2 Transações não envolvendo caixa	2.185.222	396.363	(78.436)	85.421	3.137.305

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Constituição de dividendos e JSCP a receber	202.257	582.851		
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências			511	
Aumento de capital com integralização de AFAC	200		200	
Aumento de capital em subsidiária com reservas	192.000			
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		(2.558)	(367)	526
Total	394.457	580.293	344	526

36 Compromissos contratuais e Garantias

36.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora				Consolidado	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	Total geral	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações de compra	285	377	244	906	356	356
Materiais e serviços	285	377	244	906	356	356

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Daniel Bruder Sarmento Vice-Presidente	Maria Marta de Figueiredo Galdes Conselheira
--	--	--

DIRETORIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento Diretor-Presidente	André Caetano Rocha de Andrade Diretor
--	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte Diretor - Accounting SA	Alfredo Antonio Tessari Neto Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" ES
---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas («Consolidado»), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 15)	
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 1.936.327 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato. Efetuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no exercício. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos

Responsabilidades com locações operacionais
Obrigações de compra
Encargos de conexão e Transporte de Energia
Materiais e serviços

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Consolidado				
	31/12/2024				
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral
Obrigações de compra	593	945			1.538
Materiais e serviços	164	251			415
	51.898	26.459	926	2.039	81.322
Total	52.655	27.655	926	2.039	83.275
					991

36.2 Garantias

Tipo de garantia

	Controladora				Consolidado	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	31/12/2023
Obrigações de compra	272	447	350	1.069	369	369
Materiais e serviços	272	447	350	1.069	369	369

Os valores em garantia referentes às Debêntures (Nota 22) e aos Empréstimos e Financiamentos (Nota 23), estão demonstrados em suas respectivas notas.

37 Cobertura de seguros

A Companhia e a EDP Goiás mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	380.035	100.000	380.035	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360.000		360.000
Seguro de vida	26.386	(*)	27.101	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e a EDP Goiás, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.583;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.º

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Correia Formosinho
Contador CRC 1BA029904/O-5



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 21/03/2025**

Certificado emitido por: **CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR**

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

5955 PEQUENA CH BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 5955



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

21 mar 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 5955

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2025-03-21T00:16:05-03:00

21 mar 2025, 00:16:05 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-03-21T00:16:05-03:00

21 mar 2025, 00:16:05 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-03-21T00:16:05-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: c9c97b2393bd513d7c4fe66f15bf2cc248168e45d2547550ceb998d5ea902d70

[SHA512]: e9b5b24eec0e989a7703fbad7cca97bfd7cbf3ba944972e14bf30f064134c889ec60d959301c7081f1eb9a7914738f3c7fe580dd3bdee3c42b0768cdc01d5537

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB